
A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OSÓRIO (CANGO) E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO SUDOESTE DO PARANÁ: 1948 – 1957

THE NATIONAL AGRICULTURAL COLONY GENERAL OSÓRIO (CANGO) AND THE PROCESS OF SCHOOLING IN SOUTHWEST OF PARANÁ: 1948 - 1957

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.18680>

Carla Cattelan
Doutoranda em Educação – UFSC
carla.ccattelan@gmail.com
André Paulo Castanha
Pós-Doutor em Filosofia e história da Educação – UNICAMP
andrecastanha66@gmail.com

RESUMO: O texto é parte de pesquisa concluída, que teve como objeto de investigação a construção das primeiras escolas rurais multisseriadas na/pela Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), no período de 1948 a 1957. A partir de uma análise histórica procuramos compreender a relação entre o processo de escolarização e o movimento de posse de terra, empreendidos pelos Colonos, que adentraram a região, a partir de 1940, na então denominada Vila Marrecas, município de Francisco Beltrão. A CANGO foi criada em 1943, como uma estratégia da política de colonização denominada “Marcha para o Oeste”, a qual visava à ocupação dos espaços pouco habitados, mediante a doação de lotes de terras aos colonos que migraram para a região. A CANGO construiu e manteve várias escolas primárias, a partir de 1948, uma em sua sede e as outras distribuídas pela Colônia. Totalizando até o ano de 1957, 27 escolas rurais primárias. A partir do uso de fontes da época, de entrevistas e bibliografias, e tendo como pressupostos o materialismo histórico dialético, procuramos analisar e entender a trajetória das escolas rurais multisseriadas no período de 1948 a 1957, no município de Francisco Beltrão, período em que essa modalidade de escola ainda estava em expansão na região.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Primárias Rurais, Ensino Multisseriado, Francisco Beltrão, CANGO.

ABSTRACT: The text is part of completed research, that had as investigation object the construction of first multigrade rural schools in and by National Agricultural Colony General Osório (CANGO), in the period from 1948 to 1957. From an historical analysis we have tried to understand the relation between the schooling process and the movement of land tenure adopted by settlers who entered the region from 1940 in the then called Vila Marrecas, now Francisco Beltrão city. The CANGO has been created in 1943 as a strategy of colonization policy called “Marcha para o Oeste”, which aimed the occupation of sparsely inhabited areas, through donation of lands to settlers who have migrated to the region. The CANGO has built and maintained several elementary schools from 1948, one in its headquarter and the other distributed in the Colony. Totaling 27 elementary rural schools until the year 1957. Through the use of time sources, interviews and bibliographies, and having as assumptions the dialectical historical materialism, we have searched analyze and understand the course of multigrade rural schools in the period from 1948 to 1957 in Francisco Beltrão city, time that this type of school was growing up in the region.

KEYWORDS: Elementary Rural Schools, Multigrade Education, Francisco Beltrão, CANGO.

Introdução

O presente estudo tem origem a partir de dados levantados na pesquisa desenvolvida para o mestrado, que procurou compreender a organização da escola rural primária no Município de Francisco Beltrão-PR, no período de colonização. (CATTELAN, 2014). Em meio aos documentos e entrevistas emergiram as ações educativas da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), instalada em 1943, na região Sudoeste do Paraná, como uma das estratégias da política varguista, conhecida como “Marcha para o Oeste”.

Assim, objetivo principal deste estudo consiste em compreender, historicamente, a política migratória e o processo de escolarização da população rural promovido pela CANGO, entre os anos de 1948 e 1957. A CANGO foi criada em 1943 e, segundo Wachowicz (1985) instalou-se provisoriamente na vila de Pato Branco, pois, na época não havia estrada que ligava a vila de Pato Branco até a vila Marrecas. Assim, a instalação definitiva na vila Marrecas, só ocorreu no ano de 1948, ano, no qual também se deu a instalação da 1ª escola primária. Já, o ano de 1957 marcou o fim das atividades da CANGO na região. Para tanto elencamos como problemática para o estudo: que relações se estabeleceram entre colonização e educação? De que forma foram construídas as primeiras escolas rurais na Colônia e como se mantiveram organizadas pedagogicamente até 1957? Para responder a isso, consideramos aspectos como: construção das escolas, material didático, avaliação, matrículas escolares e a organização geral da educação primária promovida pela CANGO.

A partir da problematização procuramos compreender as condições educacionais vividas naquele momento histórico. Para tanto nos cercamos de fontes primárias como: leis, decretos, documentos educacionais; bibliografias diversas e entrevistas com professores que lecionaram nas escolas da CANGO. As fontes foram devidamente selecionadas e analisadas levando em consideração o contexto histórico¹.

Como fundamento teórico-metodológico, utilizamos os pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético. Na análise dos dados procuramos captar os determinantes históricos responsáveis pelo progresso educativo, visando articular os fatos entre o nacional e o local. Segundo Marx, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes,

¹Segundo Castanha, “As fontes não falam por si, como afirmam os positivistas, mas são, de fato, os vestígios, as testemunhas que manifestam as ações do homem no tempo, por isso respondem como podem por um número limitado de fatos” (2011, p. 311). Para o mesmo autor, o uso da documentação e da legislação não pode ocorrer de forma mecânica, sem estabelecer ligações entre o poder político hegemônico, sem fazer as devidas conexões entre a legislação educacional e o projeto político social ou a própria prática social, sem considerar as reações (incorporações/resistências) da sociedade ou setores diretamente afetados (2013, p.97). Nas entrevistas seguimos os procedimentos e orientações indicadas por Meihy (2005).

na produção social da própria vida. A totalidade destas relações de produção é que forma a estrutura econômica, social e cultural da sociedade. (2008, p. 30).

Os estudos sobre a história da educação rural não têm merecido muita atenção dos historiadores da educação na atualidade. Está mais em voga, atualmente, estudos sobre a educação do campo, nos seus aspectos políticos e curriculares, articulados ao MST. A educação rural foi objeto de análise nos estudos de Maia (1982), Speyer (1983), Calazans (1993), entre outros. No caso da educação paranaense destacamos Miguel (1997), Bareiro (2007) e Schelbauer (2014). Quanto aos estudos sobre a região Sudoeste, a escassez é ainda maior, pois não conseguimos identificar estudos específicos sobre o tema. Ao levantarmos informações sobre a atuação da CANGO, no campo da educação, verificamos que não há estudos concluídos. Possivelmente, o estudo que melhor explorou essa relação foi o de Cattelan (2014), articulado a análise da educação rural de Francisco Beltrão.

Na perspectiva marxiana, o ato de investigar a história traz à tona, que o homem faz história a partir de suas necessidades e das condições dadas, por isso, para entender o processo é necessário analisar a totalidade dos fatores que se relacionam dialeticamente e, ao mesmo tempo contraditoriamente, no campo histórico. Somente assim, é possível entender os fins que levaram a educação em cada momento histórico, ou seja, entendê-la dentro das necessidades sociais de cada período, articulada com a política educacional formulada para difundi-la.

A partir destas perspectivas organizamos o texto da seguinte forma: inicialmente tratamos sinteticamente da política de ocupação do interior do Brasil, denominada de “Marcha para o Oeste”. Em seguida analisamos o processo de criação da CANGO, ocupação e colonização da região, especialmente do município de Francisco Beltrão. Por fim tratamos do processo de escolarização da população rural, promovido pela CANGO entre 1948 e 1957.

A “Marcha para o Oeste” e a Ocupação do Interior do Brasil

Segundo Wachowicz (1985), anterior à década de 1940, o Sudoeste do Paraná era colonizado por índios e caboclos, que desenvolveram seus modos específicos de trabalho com a terra e produção. A partir da década de 1940, devido à política da “Marcha para o Oeste”² proposta pelo Governo Federal, sob a presidência de Getúlio Vargas, passou-se a incentivar o processo de ocupação dos espaços demográficos, mediante o estímulo à migração em diferentes regiões do Brasil. Para o Sudoeste do Paraná vieram, principalmente da região sul,

² A “Marcha para o Oeste” foi uma política de colonização criada no Governo de Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, para estimular a ocupação do interior do Brasil a partir de 1938.

no intuito de colonizar e estabelecer suas moradas.

As bases legais para a organização dos Núcleos Coloniais foram fixadas pelo Decreto-Lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940. O referido decreto definiu os núcleos coloniais como uma reunião de lotes medidos e demarcados, criados pela União, Estados, Municípios e por empresas particulares a fim de acolher agricultores, em pequenas propriedades rurais. O Decreto-Lei ainda previu, no artigo 7º, que os Núcleos Coloniais, além de residências, para o pessoal técnico, administrativo e para os trabalhadores, deveriam estabelecer campos de demonstração experimental, destinados a cultura própria da região, pequenas oficinas de trabalho com ferro e madeira, serviço médico e farmacêutico, cooperativas de venda, consumo, crédito e escolas para o ensino rural, de acordo com programas advindos da Superintendência do Ensino Agrícola. (BRASIL. Decreto-Lei n. 2009, de 1940).

O Decreto-Lei de 1940 fortaleceu e embasou as discussões sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Tais debates levaram a promulgação do Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que regulamentou por intermédio do Ministério da Agricultura, a criação e instalação de “grandes” Colônias Agrícolas Nacionais, as quais teriam o objetivo de fixar e receber proprietários rurais e assentá-los em lotes gratuitos disponibilizados pela Colônia.

O Decreto-Lei, ainda estabeleceu que as despesas quanto à fundação, instalação e manutenção das Colônias e das vias de acesso, seriam custeadas pela União. As Colônias seriam criadas por decretos únicos, e sua instalação deveria ser feita por meio de um plano de colonização, que deveria levar em consideração o clima, recursos hídricos, reservas florestais dentre outros.

As Colônias deveriam respeitar a metragem dos lotes a serem doados, que poderia variar entre 20 a 50 hectares, deveriam exigir uma reserva florestal em cada lote não inferior a 25% de sua área total, manter reservas naturais típicas da região em torno da Colônia, preservando a fauna e a flora. Aos colonos era garantido a gratuidade do lote de terra e de uma casa típica regional para a família. Além disso, deveriam ser estimulados a criarem cooperativas de produção, venda e consumo. Pelo Decreto-Lei, o Estado ainda garantir o material agrícola por meio do empréstimo e os colonos ficavam livres dos impostos e taxas sobre o lote.

A partir desta política de ocupação territorial, foram criadas sete “grandes” Colônias Agrícolas no Brasil, sendo uma delas instalada no Sudoeste do Paraná, a partir de 1943³.

³ Em 1941, pelo Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro foi criado a Colônia Agrícola Nacional de Goiás e pelo Decreto nº 8.506, de 30 de dezembro a Colônia Agrícola Nacional do Amazonas. No ano de 1942, o Decreto nº 8.671, de 30 de janeiro, criou a Colônia Agrícola Nacional do Pará e o Decreto nº 10.325, de 27 de agosto a

Esses dados evidenciam como a política expansionista e integradora do Estado Novo foi ousada. A integração nacional serviu de base ideológica para a expansão do capital.

CANGO e a Colonização do Sudoeste do Paraná

Pela Lei nº 12.417, de 12 de maio de 1943, o Governo de Vargas, via o Ministério da Agricultura, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), com o intuito de colonizar a região Sudoeste do Paraná ainda habitada, majoritariamente por caboclos e índios, praticantes de uma agricultura rudimentar. A CANGO concedeu lotes de terras gratuitamente, ferramentas e orientação, para o trabalho com a terra às famílias migradas de diferentes regiões do país, mas dando preferência aos sulistas.

As colônias tradicionais do Rio Grande do Sul, formadas por pessoas de origem italiana, polonesa e alemã já apresentavam excedentes populacionais, para os tipos de atividades produtivas então praticadas. A abertura de uma colônia federal próxima despertou a atenção de várias famílias. Com a promessa de receberem terras férteis e gratuitas, muitas se dispuseram a ocupar a região, pois via nela a possibilidade de melhorar suas condições de vida. Os primeiros colonos viviam da produção de alimentos, da extração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos.

A CANGO foi instalada provisoriamente na vila de Pato Branco, após a abertura da estrada que ligou Pato Branco a Vila Marrecas, transferiu-se para Marrecas em 1948, instalou-se na margem esquerda do Rio Marrecas⁴, construindo hospital, olaria, ferraria, oficina mecânica e as primeiras escolas da região. O primeiro administrador da CANGO foi Eduardo Virmond Suplicy.

A partir de meados da década de 1940 houve uma migração intensa e acelerada para o Sudoeste do Paraná, sendo as condições oferecidas pela CANGO, a principal responsável por este aumento. Para exemplificar o aumento populacional no período, reproduzimos o

Colônia Agrícola Nacional da Maranhão. No ano de 1943, pelo Decreto nº 12.417, de 12 de maio foi criado a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná e o Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã. Em 1944, pelo Decreto nº 16.780, de 10 de outubro de 1944 foi criado a Colônia Agrícola Nacional do Piauí. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> acessado em 14/11/2014.

⁴Conforme descreve Martins (1986): "Sabia-se que o lado de lá do Rio Marrecas, isto é, o que ficava a sua margem esquerda, pertencia a União que instalara na área a Colônia Nacional General Osório (SIC) (CANGO); e que do lado de cá, a margem direita do rio, as terras consideradas devolutas, já tinham sido ocupadas e requeridas ao Governo do Paraná pelos respectivos posseiros" (p. 26). A CANGO administrava a área que se localizava a Margem esquerda do Rio Marrecas e na margem direita se desenvolvia a pequena Vila Marrecas pertencente ao município de Clevelândia até 1952.

quadro a seguir.

Quadro nº 01: Número de famílias e habitantes credenciadas pela CANGO entre 1947 e 1956

ANO	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE HABITANTES
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Fonte: MARTINS, 1986, p. 44.

Dentre os principais fatores motivadores para a vinda de colonos destacamos: a doação de lotes de terras, a abundância dos recursos naturais, como a araucária, erva mate, recursos hídricos, condições de vida prometidas pelo governo através da propaganda, como estradas, hospitais e escolas; os estímulos à criação de cooperativas e a promessa do desenvolvimento econômico da região.

O crescimento e desenvolvimento da Colônia estimulou a emancipação política da Vila Marrecas, então pertencente ao município de Clevelândia, constituindo-se município de Francisco Beltrão em 1952. A Colônia se manteve paralela a nova cidade, auxiliando-a no seu desenvolvimento.

Além dos colonos que vieram atraídos pelas promessas da CANGO, vieram outros à procura de terras devolutas ou para a compra. Assim, na década de 1950, aconteceram diversos confrontos com companhias imobiliárias que se instalaram na região, como foi o caso da CITLA (Clevelândia Territorial Industrial Ltda.), a qual passou a “vender” os lotes de terras aos colonos, “obrigando-os” a pagar, gerando muitos conflitos ligados a posse da terra. Os conflitos entre as companhias imobiliárias e os colonos foram enfraquecendo a CANGO. O impasse sobre a posse da terra começou a ser resolvidos, mediante uma ação organizada dos colonos, que ficou conhecida como “Revolta dos Colonos de 1957”, cujo principal objetivo foi a defesa da posse da terra. No conflito, milhares de colonos se mobilizaram enfrentando os jagunços das colonizadoras e as autoridades do Estado. O fato só não resultou numa tragédia devido a interferência do exército, que se colocou a favor dos colonos evitando o conflito. A vitória dos colonos não resolveu o problema da posse de terra, visto que a CANGO foi desativada no mesmo ano. O problema só se resolveu a partir de 1962, quando o governo federal criou, pelo Decreto n. 51.431, o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que passou a titular os lotes de terras para os colonos.

A CANGO e o Processo de Escolarização

A educação rural primária nacional começou a ser discutida de forma mais específica a partir da década de 1930, quando o processo de urbanização se intensificou no país, fortalecendo a oposição campo x cidade. Foi nesse contexto que começou a se alicerçar o discurso do “ruralismo pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições de cada região, com o objetivo de fixar o homem no campo. Segundo Speyer (1983), a escola seria a responsável pela mudança no pensamento do habitante rural, fazendo-o observar seus valores culturais e integrá-los a um sistema produtivo moderno.

De acordo com Calazans (1993), na década de 1940, os projetos especiais e setoriais, para a educação rural, evidenciavam iniciativas surgidas, amparados e custeados pelo Ministério da Agricultura, do Governo Vargas, dentre elas, a criação de Colônias e Núcleos Coloniais como organismos de fomento ao cooperativismo e ao crédito agrícola. Para Maia (1982), foi a partir destas ações do Governo Vargas, que o debate sobre a educação rural se intensificou, trazendo como compromisso a expansão do ensino, na tentativa de promover a fixação do homem ao campo. Segundo a autora, “Ao que parece, a grande ‘missão’ do professor rural a de demonstrar as ‘excelências’ da vida no campo, convencendo o homem a permanecer marginalizado dos benefícios da civilização urbana” (1982, p. 28).

Para Romanelli (2012) com o estabelecimento do Estado Novo, as lutas em torno dos problemas educacionais entraram numa espécie de hibernação. Somente em 1942, foi que se decidiu pela intervenção do Governo Central em apoio financeiro aos Estados. Esta medida foi concretizada com a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário. Ainda em 1942, por iniciativa do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, membro do governo Vargas, começaram a ser reformados alguns ramos do ensino. O governo preferia encaminhar as reformas parciais, ao invés das reformas integrais. As reformas feitas naquele período foram chamadas de *Leis Orgânicas do Ensino*. Todavia, as reformas referentes ao ensino primário e agrícola só ocorreram em 1946, quando Vargas já havia sido deposto. Em 1946, pelo Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Primário e pelo Decreto-Lei n. 8.530, do mesmo dia, a Lei orgânica do Ensino Normal. Também em 1946, pelo Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

A escolarização rural na “Era Vargas” e durante toda a década de 1940, centrou-se basicamente em uma visão liberal do processo produtivo e econômico, sendo a preocupação maior com a instalação de parques industriais. Assim, a escolarização urbana ganhou relevância e passou a fazer parte desse ideário, enquanto a escola rural permaneceu inalterada,

naturalizando a contradição entre rural e urbano de forma a ampliar a dicotomia entre cidade e campo. A educação ficou voltada para a permanência do homem no campo, mais como mecanismos de produção e acomodação, do que de formação.

Segundo Miguel, um dos principais objetivos da Lei Orgânica do Ensino Normal era resolver o problema a formação de professores para as escolas rurais e de pequenas cidades do interior, mediante a implantação de cursos normais regionais. Ao estudar as ações voltadas à formação de professores no Paraná, em meados do século XX, a autora afirmou que o governo procurou deslocar a formação de professores para o interior do Estado, almejando que os docentes “formados, exercessem o magistério no próprio lugar”. As autoridades esperavam que os professores respondessem satisfatoriamente “através de uma prática pedagógica consistente e apropriada, tanto para à criança do norte paranaense como do oeste e sudoeste ou mesmo das regiões do segundo planalto – mais tradicionais e mais atrasadas” (1997, p. 149). No caso do Sudoeste, tais instituições só foram criadas a partir do final da década de 1950.

Shelbauer, ao analisar as escolas rurais do Paraná a partir de 1930, verificou, por meio dos relatórios e das mensagens dos governadores, que houve um processo de institucionalização e expansão das escolas rurais no Estado. Segundo seu estudo, a expansão escolar rural resultou do o aumento populacional e ocupação territorial. Além disso, “a urgência com a educação primária para a infância se tornava primordial diante do alto número de analfabetos” (2014, p. 86).

Quanto ao papel do Estado do Paraná na educação foi possível observar algumas características de organização do ensino primário, por meio das mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1951. Segundo o governador:

Um exame comparativo entre as estatísticas daquela Secretária e os resultados do último censo, nos autorizam a estimar que só um terço da população escolar do Paraná está sendo atendida, permanecendo cerca de 300.000 crianças sem assistência educacional [...]. Tal providência poderá ser solicitada simultaneamente com a elevação a “Grupo Escolar” de cerca de 140 escolas, que funcionam com centenas de matrículas sem que essa indispensável atualização tenha sido providenciada (PARANÁ, 1951, p. 112).

Se essa era a realidade do Estado em 1951, é possível imaginar a situação no Sudoeste do Paraná, constituído, à época pelos municípios de Palmas, Clevelândia e

Mangueirinha⁵. Foi nesse contexto que a CANGO se instalou na região, no território pertencente ao município de Clevelândia.

Todavia, em meio às conturbações sociais, o aparato político e econômico, a luta pela terra e pela sobrevivência, o limitado volume de recursos, a escola também se desenvolveu por iniciativa da CANGO, a partir de 1948, e se constituiu em um instrumento de capacitação dos filhos dos posseiros que aqui se encontravam. A CANGO foi, portanto, a precursora da educação primária, na então Vila Marrecas.

Ao chegarem até a sede da CANGO, os colonos eram interrogados sobre vários dados das famílias, sendo um deles o grau de escolaridade. Com o aumento expressivo de crianças em idade escolar, a CANGO construiu em 1948, sua primeira escola primária multisseriada localizada em sua sede, chamando-a de “Escola Primária General Osório”. A primeira aula nessa casa aconteceu no dia 03 de maio daquele ano e teve como professora Italina Zancan Scotti⁶.

A professora Italina contou que o administrador da CANGO, Eduardo Virmond Suplicy, procurava uma professora para lecionar na escola que havia organizado. Como a professora já tinha experiência escolar foi convidado para assumir a turma. Assim, acabou aceitando o pedido e passou a ministrar aulas na sede da CANGO.

Como a CANGO não tinha ainda pronta a “casa escolar”, a professora Italina convidava os alunos que quisessem participar das aulas, a pegarem suas cadeiras e se acomodar à sombra de uma árvore. Ou seja, “[...] quando, queriam ter aula eles (os alunos) levavam a cadeira lá (na sede da CANGO) e a gente sentava embaixo das árvores [...] depois sim com o tempo, foram que, ajeitaram uma casa [...]” (SCOTTI, 2013).

Segundo a professora, a Administração da CANGO ajudava no que podia. Eram abertos e sempre davam “uma mão” ajudando no andamento das aulas. Quanto as condições iniciais de ensino, salientou: “[...] só falava, escrever de que jeito? Que não tinha quadro nem nada [...]”.

No início de 1948, quando a CANGO se instalou em Vila Marrecas, Italina era a única professora contratada, posteriormente com a abertura de novas escolas primárias, “[...]”

⁵ Pela Lei n. 790, de 14 de novembro de 1951 foram criados os municípios de Barracão, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste, todos desmembrados do município de Clevelândia. Porém, a emancipação definitiva desses municípios só se deu após a eleição e posse dos respectivos prefeitos, o que ocorreu, somente no final de 1952.

⁶ Italina Zancan Scotti é natural de Nova Prata (Rio Grande do Sul). Estabeleceu-se em Vila Marrecas no ano de 1947, acompanhada de seus pais e irmãos. cursou as primeiras séries do ensino primário no Rio Grande do Sul e lá assumiu turmas para lecionar. A professora Italina afirmou que veio para a vila Marrecas com o intuito de lecionar. Anos depois se tornou professora da rede estadual e atualmente é aposentada.

começou a entrar outras professoras” (SCOTTI, 2013). A fotografia abaixo mostra a 1ª turma primária organizada pela CANGO em 1948, e ao fundo a professora Italina Zancan Scotti.

Fotografia nº 1: Primeira Turma primária da CANGO – 1948



Fonte: Francisco Beltrão, 2012, p. 70, fotografia nº 101.

As escolas multisseriadas rurais construídas pela CANGO comportavam sempre uma boa quantidade de alunos, como expressa a imagem anterior. Cabia aos professores organizar as turmas de maneira que, as explicações fossem vistas e ouvidas por todos os alunos da classe. Assim, conforme relatos dos professores, optavam sempre por dividir as turmas em filas e agrupá-las por classes, assim poderiam manter a ordem na sala e organizar os conteúdos. As explicações eram feitas, primeiro a uma classe, enquanto esta respondia os exercícios equivalentes as explicações, o professor passava a explicar o conteúdo para uma outra classe e assim por diante.

As casas escolares eram construídas em madeira e abrigavam diversos móveis, dentre eles: as carteiras, geralmente bancos coletivos, espaços para depositar os materiais; os quadros de ensino utilizados pelo professor, possivelmente, construídos com três tábuas unidas horizontalmente e sustentado por um pedestal também confeccionado em madeira.

Conforme relatou o professor Félix Padilha⁷, a mobília da escola,

⁷Félix Padilha estabeleceu-se na Vila Marrecas em 1948, morando na casa dos pais da professora Italina Zancan Scotti. Iniciou a carreira docente como auxiliar da professora Italina, sendo, posteriormente (provavelmente no

[...] era a CANGO que dava, eles davam a madeira. Tinha uma serraria da CANGO, aqui no Santa Rosa, no KM 8 ali em baixo tinha uma serraria e daí a comunidade que levava pra lá e faziam as carteiras, daí, essas sim eram plainadas, eram um “carteirão” grande pra quatro lugares, tudo de madeira emendado a parte de cima com o acento, tudo emendadinho⁸ [...] (PADILHA, 2013).

Quanto aos alunos, a professora Italina destacou: “Vinham de todo tipo, e a gente dava aula. Tal aula para quem podia mais, quem não podia aula mais fraquinha [...]” (SCOTTI, 2013). Esta afirmação exemplifica a classe primária multisseriada, que comportava alunos de diferentes idades de diferentes níveis de aprendizagem, exigindo um processo de ensino/aprendizado diferente para cada aluno. Além dos diferentes estágios de aprendizagem dos alunos, também havia diferentes culturas na sala de aula, dificultando ainda mais o trabalho dos professores.

A professora frisou que ensinava “parelho”, de tudo um pouco, e acrescentou: “[...] mais, principalmente matemática e português” (SCOTTI, 2013). Foi possível observar pela narrativa e pela análise de documentos, da década de 1950, que já se evidenciava a primazia do Português e da Matemática em relação a outras disciplinas. Talvez os instrumentos didáticos e a formação docente não davam suporte específico e consistente para trabalhar de forma mais profunda nas demais disciplinas.

Segundo Gomes, em 1948, conforme indicado em relatórios, a CANGO construiu “[...] duas escolas: uma em Marrecas, com 79 alunos, e outra no KM 4 da estrada Sta. Rosa Marrecas” (1987, p. 20). As escolas foram crescendo rapidamente e a CANGO auxiliando neste processo educacional.

Para atender a demanda educacional existente nas comunidades, várias escolas foram construídas. As professoras contratadas para trabalhar nessas escolas, geralmente eram indicadas pelos moradores das comunidades.

Desde a criação da primeira escola (1948) até o ano de 1951, conforme consta em relatório sobre o Ensino Primário, de 15 de janeiro de 1951, a CANGO construiu e manteve 15 escolas, uma delas em sua sede e as demais distribuídas pela Colônia. As escolas construídas pela CANGO eram classificadas por números e cada qual, tinha seu professor e alunos conforme mostra o quadro.

início de 1952) contratado como professor da CANGO. Foi Professor do quadro municipal por muitos anos. Avançou na carreira tornando-se professor da rede estadual e atualmente é aposentado.

⁸ As carteiras em madeira, conjugando acento e mesa, prevaleceram até a década de 1990, nas escolas multisseriadas rurais, porém, os últimos modelos passaram a serem confeccionadas com apenas um lugar.

Quadro nº 2: Escolas construídas pela CANGO no período de 1943 a 1951

ESCOLAS	PROFESSORES	Nº DE ALUNOS
Número “1”	Italina Zancan	31
Número “2”	Nercy Viana	18
Número “3”	Irene de Freitas	15
Número “4”	Jupira Mattos	28
Número “5”	Alba Paz da Silva	33
Número “6”	Olga Batista Colomano	35
Número “7”	Maria Paz de Lucca	25
Número “8”	Libera Piorelli	32
Número “9”	José Rodrigues Fernandes	27
Número “10”	José Maria Leite	30
Número “11”	Julia Scheiss	30
Número “12”	Ana Algéria Paraná de barros	28
Número “13”	Polaius Schimitz	27
Número “14”	Felisberto Silveira	32
“Gal. Osório”	Zenilda de Castro. Auxiliar: Maria de Jesus Antunes	70
Total de Matrículas		461

Fonte: Relatório Ministério da Agricultura, CANGO, 15/01/1951.

O professor Felix registrou sua experiência como professor primário da CANGO, iniciada, provavelmente no ano de 1952, na escola da comunidade do Rio Guarapuava.

[...] pra ter uma ideia, eu ajudei a cobrir a escola, era coberta de tabuinha, eu subia lá em cima e ajudava a cobrir a escola, pra aprontá-la pra eu começar dar aula, atendendo matrícula [...]. Naquela época eu tive até 59 alunos numa escola multisseriadas, e eu dava aula da primeira a quarta série [...] o material que se usava na época era o giz, o quadro negro e uma régua para medir as coisas, com os alunos [...] (PADILHA, 2013).

Segundo ele, a CANGO construía escolas nos lugares onde se encontravam o maior número de crianças, atendendo ao pedido da comunidade que se reunia e indicava a construção, geralmente no centro da região, para o melhor acesso. A comunidade vinha até a CANGO “[...] e dizia: - lá cabe uma escola. Fizemos um levantamento, têm tantos alunos, daí eles faziam tudo isso” (PADILHA, 2013). Pelo seu depoimento ficou claro a participação da comunidade na construção das escolas e também na moradia para o professor. Segundo ele, a CANGO disponibilizava a madeira em suas serrarias, a comunidade buscava a madeira e construía as escolas. “[...] a CANGO só pagava o salário dos professores e dava a madeira para a escola” (PADILHA, 2013).

A CANGO também se preocupava com a organização do ensino a partir do conteúdo estudado. O professor Felix destacou como ocorria o processo de avaliação escolar:

Nós tínhamos assim, todo mês você avaliava num modo de dizer, porque não se falava em avaliação mensal ou bimestral como hoje, mas a gente assim, eu vou ver se os meus alunos de primeira série aprenderam ler mesmo, então

eu tomava uma leitura assim meio em conjunto pra ver, eu ia avaliando assim, mas aquilo não valia nada pra controle de secretaria. Então no fim do ano você fazia um exame final daí, e era tudo escrito, dava uma folha de almanaque, era pautada, então você passava as questões no quadro, eles copiavam e daí faziam, daí a gente se trocava, eu ia na escola de “fulana” aplicar o exame, eu sempre trocava com a Dona Ana Mercedes Fraport, era lá do [...] Rio Pedreiro, eu ia na escola dela a cavalo, com uma mulinha, daí no outro dia ou dali dois dias, três ela vinha na minha escola também. Então, era interessante a gente se trocava, trocava informações, trocava ideias, um ajudava o outro, ela também era uma pessoa muito querida, hoje ela é até escritora, hoje ela escreve livros (PADILHA, 2013).

Conforme relatou o professor Félix, os professores trocavam de escolas para aplicar o exame e corrigi-lo, ao final de cada ano. Durante o ano, o professor tomava leitura e fazia a avaliação individual de cada aluno, porém, o que interessava ao setor responsável pela educação era, de fato, o Exame Final, o reprovado ou aprovado em cada ano.

O professor Felix, explicou melhor como se dava o processo:

Nós fazíamos juntos a correção, tinha que ficar ali até terminar tudo. Ela que tinha que dizer se passou ou se não passou e na escola dela era eu que dizia também, esse aqui vai, esse aqui não vai. E naquela época na verdade, se tinha muita dificuldade pra se alfabetizar, era o problema mais sério na verdade porque o aluno vinha com 7 anos pra escola, porque hoje a criança com 3, 4 anos eles já sabem ler, porque vem muito da criação de casa, e também que hoje existe as creches, as crianças vão pra creche, lá eles ensinam brincando, quando ele vê eles aprenderam ler, agora vale muito também da forma como ele foi educado em casa [...] (PADILHA, 2013).

Os exames eram aplicados por pessoas devidamente selecionadas, geralmente inspetores e professores de outras escolas isoladas.

Conforme destacado pelos professores entrevistados, havia uma abundância e diversidade de materiais disponibilizados pela CANGO, para as escolas multisseriadas primárias e para os alunos. Os alunos, por exemplo, recebiam cadernos de Caligrafia, Gramática e Aritmética, bem como a “Cartilha do Povo”⁹, usada na época, para orientação dos estudos e alfabetização.

Os exercícios disponíveis na cartilha remetiam a aprendizagem de forma silábica, disponíveis em atividades de memorização da palavra e da sílaba. Os textos eram o exercício

⁹ “A **Cartilha do Povo**, do educador Manoel Lourenço Filho (um dos difusores do movimento da Escola Nova no Brasil), foi editada pela primeira vez em 1928. Teve ampla adoção nas escolas, como prova o número de edições (a última, 204ª edição, data de 1994). No prefácio da 116ª edição (1939), o autor explicita que sua cartilha é destinada à alfabetização de crianças e adultos de forma mais simples, ou seja, não adotava metodologia específica para o público adulto” (Plataforma do Letramento, acesso: 26/04/2014). A Cartilha do Povo foi pensada e projetada pelo professor Lourenço Filho para atingir as camadas sociais que estavam emergindo, visto que a educação primária estava em plena difusão entre as classes populares.

verbal da sílaba aprendida, identificando-a no texto. A seguir reproduzimos uma página da Cartilha do Povo, com os exercícios propostos.

Documento nº 01: Exercícios da Cartilha do Povo



Fonte: Site Plataforma do Letramento, 2014.

O professor Felix relatou como ensinava, destacando uma história ocorrida no período, evidenciando a dificuldade do aluno e o contato com uma língua, diferente da utilizada em sua família, famílias em sua maioria de origem italiana.

[...] tinha a lição D+A= DA, D+O= DO, DADO, então tudo a letra D, daí quando chegou na letra S, tinha um menininho que ele era de origem italiana então eles falavam muito italiano e a gente corrigia e tentava pra ele pegar alguma coisa, mas quando via ele já estava falando italiano e no meio da aula eu tomando a lição dele do Sapo, então eu ensinava S+A =SA, P+O= PO, juntamos SAPO, ai ele custava pegar, eu repetindo, daí eu disse: - Diga agora. Ele disse: - S+A= SA, P+O= PO, “ROSPO”¹⁰. (PADILHA, 2013).

Pela documentação disponível, verificamos que todas as escolas recebiam a Cartilha do Povo, a qual era retirada, juntamente com o restante dos materiais na sede da CANGO, que fornecia os materiais gratuitamente. Também era disponibilizado, livros de Matrícula e

¹⁰ A palavra *rospo* é de origem italiana e significa sapo em português. Este exemplo identifica a tentativa de padronização da língua portuguesa para o ensino primário. No “Questionário sobre a Educação da Colônia” de 1956, ficou explícito que “as matérias são [eram] ensinadas na língua portuguesa”. [...] Não havia “visitação nem correspondência periódica entre os imigrantes e as representações diplomáticas dos seus países de origem” (1956, p. 1, item 4 e 23).

Chamada, bem como outros materiais para os alunos, como: tabuadas e lápis. Em outros Guias analisados, ainda foi possível perceber a distribuição de materiais como: Borracha, caneta, régua, pena e tinta.

A CANGO ao adquirir a cartilha como suporte para a alfabetização sugeria que seus alunos fossem ensinados a partir de uma mesma metodologia. Os relatórios de ensino, resumos mensais, exames e relatos orais possibilitaram compreender a organização sistemática e acompanhada das escolas primárias rurais. A cobrança quanto ao ensino era rígida e os professores tinham que encaminhá-los mensalmente para a CANGO. O documento a seguir, retrata como era esse registro.

Documento nº 02: Resumo Mensal da Escola número “1” da CANGO (1951)

Resumo mensal junho de 51	
Alunos matriculados	25
Matriculados durante o mês	1
Eliminados	1
Alunos restantes	24
Dias letivos	26
Total dos comparecimentos	384
Total das faltas	248
Frequência média	14
Percentagem frequência	60%
Falta da professora	-
A professora Italina Kankan Scotti	

Fonte: Acervo Museu Histórico de Francisco Beltrão.

No documento nº 02, destacamos um “Resumo Mensal” enviado pela professora Italina, em 1951 à CANGO, que servia como instrumento de controle das atividades da escola. Os resumos eram uma forma simples do professor sintetizar a frequência dos alunos na escola; os dias letivos trabalhados; faltas e comparecimentos dos alunos; os alunos matriculados e os que saíram da escola no decorrer do mês. Outros resumos analisados ainda apresentavam a descrição de alunos por gênero, a carga horária do professor e o turno que

lecionava, bem como o número de alunos matriculados no mês e os que continuavam no próximo.

Os dados quantitativos presentes nos resumos enviados permitiam, além de acompanhar o processo educativo, controlar a distribuição dos materiais, segundo os alunos presentes, a oferta de merenda escolar, a demanda existente na comunidade e o crescimento das famílias. Conforme apontou o professor Felix,

[...] como era a época de muita seriedade, a gente cumpria exatamente com as normas. Nossa era lindo de ver! [...] a gente trazia no final do ano, trazia todo o movimento mensal, aliás, era por mês. Do mês a gente trazia o movimento da escola, quantos alunos têm, quantas faltas tiveram, quantas presenças, tinha que trazer, chamava-se o boletim. E junto também vinha o boletim da merenda [...] (PADILHA, 2013).

O controle organizacional mediante a elaboração dos “Resumos Mensais” possibilitava controlar o “Registro Escolar”, constituindo-se como elementos significantes para a prática docente e organização da escola.

Com a emancipação do município de Francisco Beltrão em 1952, o processo de escolarização das crianças tornou-se mais dinâmico, pois a partir de então, o município também passou a investir em escolas, auxiliando no trabalho desenvolvido pela CANGO. Como era grande a demanda educacional, Francisco Beltrão e seus munícipes passaram a investir na educação primária, construindo escolas nas comunidades para sanar a demanda existente, que a CANGO não cobria. A existência de escolas mantidas pela CANGO (órgão federal) e pelo município permaneceu até 1957, quando a CANGO foi extinta e transferiu suas escolas a administração municipal.

Mesmo após a emancipação do Município, em 1952, a CANGO continuou mantendo e criando escolas primárias pela Colônia, com recursos da União. Conforme demonstra a tabela a seguir, a CANGO construiu até o ano de 1957¹¹, 27 escolas.

Quadro nº 3: Escolas primárias construídas pela CANGO até 1957

ESCOLA	LOCAL	PROFESSOR
Escola número “01”	Na sede	Irene Oliveira de Freitas
Escola número “02”	Km 4	Olga Batista
Escola número “03”	-----	Maria Basso Delani
Escola número “04”	Grupo Escolar*	Terezinha de Jesus Castro Ferreira
Escola número “05”	Grupo Escolar*	Sibila Barreto Olm

¹¹A partir do início de 1957, a CANGO entrou em um processo de decadência. Conforme os relatórios, a partir daquele ano ela deixou de existir, transferindo os imóveis, terrenos e funcionários para o município de Francisco Beltrão, inclusive as escolas e professores.

Escola número “06”	Costa do Rio Santa Rosa	Ana Alzéria Paraná de Barros
Escola número “07”	-----	-----
Escola número “08”	-----	-----
Escola número “09”	Rio Pedreiro	Felisberto Silveira
Escola número “10”	Rio Herval	Teresa Zaleski Zilli
Escola número “11”	Encruzilhada do 14	Ana Bonin
Escola número “12”	Km 20	Erides Amalin Tiecher
Escola número “13”	Divisor (Zona Jaracatiá)	Julia Cheis da Silveira
Escola número “15”	Rio Guarapuava	Felix Padilha
Escola número “16”	Sede do Km 14	Palotino Honorato Teixeira
Escola número “17”	-----	-----
Escola número “18”	Jacutinga	Gregório Junkes
Escola número “19”	Cerrinho km 27 do Picadão	Clotilde Tolomioti Clau
Escola número “20”	Km	IlvanOlm
Escola número “21”	-----	-----
Escola número “22”	Rocantilado	Terezinha Paganin Colla
Escola número “23”	-----	-----
Escola número “24”	Cotegipe	Adulio Maria Wustzel
Escola número “25”	Zona de Barra Grande	Maria de Lourdes Janason
Escola número “26”	Km 38	Olmira Maria Tiecher
Escola número “27”	Nova Esperança (Lontra)	GregorioHelmann

Fonte: Núcleo General Osório, Guias Escolares, 1956¹².

Conforme os dados apresentados pelo relatório de Assistência Escolar, boletim referente ao primeiro trimestre de 1956, o número de alunos que frequentavam as escolas da CANGO eram os indicados no quadro abaixo.

Quadro nº 04: Matrículas Escolares para o ano de 1956

	Sexo feminino	Sexo masculino
Matriculados durante o trimestre	618	496
Frequência do trimestre	518	346
Total de alunos	1.114	

Fonte: Assistência Escolar: Boletim do primeiro trimestre de 1956.

Os números revelam maior aproveitamento e participação do sexo feminino no total de matrículas e frequência das referidas escolas multisseriadas. Possivelmente, isso se de dava pelo fato de os meninos ajudarem, mais diretamente os pais, nos trabalhos agrícolas. Na época era comum as crianças, a partir de sete anos trabalharem nas lavouras junto com os pais.

Pelo relatório emitido pelo administrador da CANGO, em 1956, foi possível perceber a preocupação com a educação, bem como as carências na sua oferta, quando fez a seguinte observação:

¹²Os dados obtidos foram possíveis, mediante análise das Guias Escolares nº: 46, 58, 62, 63, 64, 65, 73,75, 76, 80, 82, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 95, 96, 103, 104, 108, 113, 130 e 179. Os guias estão disponíveis no Acervo do Memorial Histórico de Francisco Beltrão

Em vista de falta de verba, só podemos instalar 27 escolas, com uma matrícula de 1.114 alunos, ficando cerca de 1.500 alunos em idade escolar sem serem matriculados, não contando com as sedes municipais e suas proximidades (NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO, 1956).

Pelo relato podemos concluir que as 27 escolas mantidas pela CANGO, somadas as 32, que naquele ano eram mantidas pelo município de Francisco Beltrão, não supriam a demanda educacional existente. Segundo Martins, as 32 escolas do município matricularam 1.440 alunos no ano de 1955 (1986, p. 246). Ao considerarmos os dados fornecidos pelo administrador e por Martins, podemos constatar que, aproximadamente 40% das crianças em idade escolar, ainda não tinham acesso à escola. Com a extinção da CANGO e a incorporação das escolas pela rede municipal de Francisco Beltrão, no ano de 1957, o município passou a contar com 59 escolas em funcionamento nas comunidades rurais dando continuidade ao processo de escolarização das crianças camponesas.

Considerações Finais

A CANGO órgão criado no contexto da “Marcha para o Oeste”, foi responsável pela colonização de boa parte da região Sudoeste do Paraná, na qual está inserido o município de Francisco Beltrão. Foi por meio dela que os migrantes conseguiram se estabelecer nessas terras e produzir para o sustento de suas famílias. Os migrantes/colonos contaram com as condições para a sobrevivência, como um lote de terra e sementes para o cultivo, os cuidados básicos com a saúde e a educação elementar para seus filhos.

Foram grandes as contribuições da CANGO para com a educação primária na região, possibilitando o avanço do processo de escolarização da população rural, criando assim, condições para o desenvolvimento regional. Na época, foi organizada uma estrutura educacional com distribuição de material didático, merenda escolar, material pedagógico, controle de avaliação e matrícula dentre outros.

Pelo que conhecemos da história da educação do/no Sudoeste do Paraná, podemos afirmar que Francisco Beltrão foi o município que mais disponibilizou escolas na década de 1950, pois contava com 27 escolas mantidas pela CANGO (órgão federal) e mais 32 escolas municipais construídas com a ajuda da comunidade. Ao final do ano de 1957, com a extinção da CANGO, e a transferência das 27 escolas para o município, totalizando 59 escolas municipais multisseriadas em funcionamento, que garantiam, ainda que de modo bastante precário, a escolarização das crianças do meio rural.

Referências Bibliográficas

BAREIRO, Edson. **Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná - 1930-2005**. Maringá-PR. Universidade Estadual de Maringá – UEM: 2007. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BRASIL. Lei nº. 12.417 de 12 de maio de 1943. **Cria a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 11/07/2013.

_____. Decreto – Lei Nº 2.009 de 09 de fevereiro de 1940. **Dá nova organização aos núcleos coloniais**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

_____. Decreto – Lei Nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. **Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 03/06/2014.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: Traços e trajetórias. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria N. (Coords). **Educação e Escola do Campo**. Papirus. São Paulo: 1993.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como Fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 309-331, abr/2011.

_____. Retornar às Fontes: desafios aos estudos históricos-educativos. In: SILVA, João Carlos da. **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

CATTELAN, Carla. **Educação rural no município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriadas**. Francisco Beltrão-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2014. (Dissertação de mestrado em Educação).

FRANCISCO BELTRÃO. **Antropologia Visual de Francisco Beltrão: resgate histórico fotográfico 1940-1970**. 1ª edição. Francisco Beltrão: Calgan Editora Gráfica, 2012.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba – PR. Criar, 1987.

MAIA, Eny Marisa. **Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos**. Em Aberto. Brasília, INEP, p. 27 – 33, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição ácrítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, Rubens S. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: 1986.

MEIHY, José Carlos Sabe bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

NÚCLEO COLONIAL GENERAL OSÓRIO. **Guias**. Francisco Beltrão, 27 de fevereiro de 1956. Disponível no Acervo do Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

_____. **Questionário Escolar**. 1956. Disponível no Acervo do Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

_____. **Resumo Mensal**. Professora Italina Zancan Scotti. Junho de 1952. Disponível no Acervo do Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

PADILHA, Félix. Francisco Beltrão, **entrevista concedida a Carla Cattelan no dia 19 de novembro de 2013**.

PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado. Por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura. **Governador Bento Munhoz da Rocha Neto**. Curitiba – Paraná, 1951

PARANÁ. Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951. **Dispõe sobre a Divisão administrativa do estado no quinquênio de 1.952 á 1.956**. Curitiba: Palácio do Governo, 1951.

PLATAFORMA DO LETRAMENTO. Disponível em: <http://www.plataformadoletramento.org.br/hotsite/infografico-letramento/>. Acesso: 26/04/2014.

RIO MARRECAS. **Colônia Agrícola Nacional General Osório**: Ensino Primário. 15/01, 1951. Disponível no Acervo do Memorial Histórico de Francisco Beltrão.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira de. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 37ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930 – 1960). **História Educação (online)**. Porto Alegre, v.18, nº 43, maio/ago. p. 71-91, 2014.

SCOTTI, Italina, Z. Francisco Beltrão, entrevista concedida para Carla Cattelan no dia 10 de junho de 2013.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato**: uma educação para o homem do meio rural. São Paulo: Loyola, 1983.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Litero Técnico, 1985.

ARTIGO ENVIADO EM: 24/09/2014
ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 22/12/2014